PREFEITURA DE GOIÂNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N. 001/2015

PROCURADOR DO MUNICÍPIO

24/01/2016

DISCIPLINAS	QUESTÕES
Direito Administrativo e Previdenciário	01
Direito Civil e Processual Civil	02
Direito Financeiro e Tributário	03
Direito Urbanístico e Ambiental	04
Peça Jurídica	—

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO FOR AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Em seguida, verifique se ele contém **quatro** questões discursivas e **uma** peça jurídica.

2. As folhas de texto definitivo serão distribuídas no início da prova. Ele é personalizado e não será substituído em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique ao aplicador de prova.

3. As folhas de texto definitivo não poderão ser assinadas, rubricadas nem conter, em outro local que não o apropriado, marcas ou sinais, pois serão despersonalizadas antes da correção. Qualquer símbolo, sinal, desenho, recado, orações ou mensagens, inclusive religiosas, nome, apelido, pseudônimo ou rubrica, serão considerados elementos de identificação do candidato. Apresentando qualquer um destes elementos, a prova será desconsiderada, não corrigida e atribuir-se-lhe-á pontuação zero.

4. Questões respondidas em local inadequado, ou seja, fora do espaço destinado a cada questão, mesmo que identificada a troca, e respostas a lápis, NÃO serão corrigidas e terão pontuação zero.

5. A prova terá a duração de **cinco horas**, já incluída nesse tempo a coleta da impressão digital.

6. Você só poderá retirar-se definitivamente da sala e do prédio após terem decorridas **quatro horas** de prova e poderá levar o caderno de questões somente após às **17 horas**, desde que permaneça em sala até esse momento.

7. Os três últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer juntos no recinto, sendo liberados somente após a entrega do material utilizado por eles, tendo seus nomes registrados em Relatório de Sala e nele posicionadas suas respectivas assinaturas.

8. **AO TERMINAR, DEVOLVA AS FOLHAS DE TEXTO DEFINITIVO AO APLICADOR DE PROVA**.

CENTRO DE SELEÇÃO UFG

UFG UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

PROVA DISCURSIVA – PROCURADOR DO MUNICÍPIO

QUESTÃO 01

Os poderes administrativos, nas palavras do jurista José dos Santos Carvalho Filho, são “o conjunto de prerrogativas de direito público que a ordem jurídica confere aos agentes administrativos para o fim de permitir que o Estado alcance seus fins” (2007, p. 42). Grande destaque, inclusive na efetividade da rotina administrativa, se apresenta o poder de polícia. Considerando o exposto, elabore um texto sobre o poder de polícia, abordando os seguintes aspectos: conceito; distinção entre poder de polícia e serviços públicos; formas ou modalidades de exercício, e atributos do poder de polícia, explicando em que consistem

(10 pontos)

QUESTÃO 02

Os servidores da Secretaria de Educação do Município X deflagraram greve por tempo indeterminado, reivindicando, entre outras pautas, o reajuste salarial da categoria. Após dois meses de total paralisação do serviço educacional municipal, o Poder Executivo local determinou o corte do pagamento dos salários dos grevistas. O sindicato que representa os servidores obteve medida liminar, em mandado de segurança coletivo, para impedir a municipalidade de realizar o desconto salarial daqueles servidores. O Município pretende sustar a eficácia da decisão liminar, mediante pedido de suspensão de segurança.

Diante de tal quadro, elabore um texto sobre a suspensão de segurança em mandado de segurança, abordando os seguintes aspectos:

(A) Previsão legal
(B) Natureza jurídica do pedido de suspensão
(C) Legitimidade para o ajuizamento
(D) Competência para apreciar o pedido de suspensão

(10 pontos)

QUESTÃO 03

Leia a situação hipotética apresentada a seguir.

A Câmara dos Vereadores de Goiânia, no dia 2 de outubro de 2015, com o objetivo de aumentar imediatamente as receitas tributárias do município, aprovou um projeto de lei alterando a legislação tributária de Goiânia. A lei aprovada pretende alterar essencialmente os seguintes critérios dos tributos municipais: majorar a alíquota do ISS sobre as atividades de transportes coletivos urbanos, por ônibus de passageiros, regularmente concedidos de 2% (dois por cento) para 5% (cinco por cento); incidir o ITBI sobre a incorporação de bens imóveis ao patrimônio de pessoa jurídica para majorar o capital social da empresa; alterar a base de cálculo do IPTU, majorando o valor venal dos imóveis em toda a cidade. O último artigo da lei aprovada pela Câmara dos Vereadores dispõe que esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Assim, logo no dia 6 de outubro, antes da lei ser sancionada pelo prefeito de Goiânia, a lei aprovada pela Câmara foi encaminhada para análise e elaboração de parecer da Procuradoria do Município. Foi concedido o prazo de apenas uma semana para a procuradoria elaborar um parecer sobre a lei aprovada.

Diante da situação apresentada, elabore um parecer, com base legal, sobre a lei aprovada pela Câmara dos Vereadores de Goiânia.

(10 pontos)

QUESTÃO 04

Segundo o art. 95 do Plano Diretor do Município de Goiânia, "*a liberação para instalação das atividades geradoras de alto grau de incomodidade urbana, em macro-projetos ou não, será condicionada à elaboração preliminar de instrumentos técnicos, tais como: I – Estudos de Impacto Ambiental e respectivo Relatório do Meio Ambiente – EIA/RIMA; Plano de Gestão Ambiental – PGA; Plano de Controle Ambiental – PCA, nos termos da legislação ambiental federal, estadual ou municipal em vigor; II – Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV; III – Estudo de Impacto de Trânsito".*

Nesse contexto, considerando a disposição normativa citada e a intersecção existente entre o direito urbanístico e o direito ambiental,

(A) conceitue o EIA e o EIV;
(B) explique as diferenças existentes entre o EIA e o EIV.

(10 pontos)

PEÇA JURÍDICA

Determinado município no Brasil, doravante nominado “XYZ”, diante da situação de caos que se verifica no trânsito, mormente nos horários de pico, elabora novo plano viário para a cidade, prevendo a construção de elevados, ciclovias e vias expressas. Na execução das obras, realizadas pela própria Administração, interdita uma rua ao tráfego de veículos em região nobre da cidade, já que ela seria usada como canteiro para a guarda de máquinas e equipamentos. Diante do impedimento do tráfego dos carros na rua interditada, o Município criou uma área de estacionamento próxima para uso dos munícipes, permitindo que guardassem os carros e caminhassem na calçada, acessando os estabelecimentos comerciais da rua interditada.

As obras, cujo cronograma previa encerramento em seis meses, ainda não foram concluídas, mesmo decorrido o lapso de oito meses, havendo a previsão de que serão encerradas nos próximos dois meses.

Diante dessa situação, o restaurante Tempero de Casa Ltda., localizado na rua interditada, sob o fundamento de que a clientela não consegue mais chegar ao seu estabelecimento de carro, maneja uma ação judicial contra o Município “XYZ”, pleiteando indenização pelos atos da Administração, na ordem de R$ 100.000,00 (cem mil reais), a título de danos materiais, e R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por danos morais.

A ação foi distribuída para a 26ª Vara Cível da Comarca “XYZ”. O Município foi citado no dia 15 de outubro de 2015 (quinta-feira), na pessoa do Sr. Prefeito. Na qualidade de Procurador Municipal, elabore a peça adequada para resguardar os interesses do Município, considerando que:

(A) não é necessário relatar, em tópico específico, os fatos apresentados na peça inicial. Também não é necessário transcrever artigos da lei, sendo suficiente, quando o candidato entender oportuno, a mera referência ao dispositivo legal;

(B) o proprietário do restaurante, aproveitando-se da obra pública, decidiu reformar o estabelecimento, de modo que somente tinha 50% das mesas disponíveis para os clientes;

(C) o autor juntou aos autos alguns comprovantes que demonstram a queda no faturamento;

(D) segundo o Código de Organização Judiciária do Estado, as causas em que o Município for parte na condição de autor, réu, assistente, interveniente ou oponente, serão processadas na vara da Fazenda Pública Municipal;

(E) a peça deve ser datada no último dia do prazo para apresentação;

(F) o Paço Municipal está situado no seguinte endereço: Avenida “A”, número “B”, Cidade “XYZ”, Brasil.

(10 pontos)

RASCUNHO

As folhas para rascunho no caderno de provas serão de preenchimento facultativo e **NÃO** terão validade para a correção das provas.

RASCUNHO

As folhas para rascunho no caderno de provas serão de preenchimento facultativo e **NÃO** terão validade para a correção das provas.

RASCUNHO

As folhas para rascunho no caderno de provas serão de preenchimento facultativo e **NÃO** terão validade para a correção das provas.

RASCUNHO

As folhas para rascunho no caderno de provas serão de preenchimento facultativo e **NÃO** terão validade para a correção das provas.

RASCUNHO

As folhas para rascunho no caderno de provas serão de preenchimento facultativo e **NÃO** terão validade para a correção das provas.

RASCUNHO

As folhas para rascunho no caderno de provas serão de preenchimento facultativo e **NÃO** terão validade para a correção das provas.

RASCUNHO

As folhas para rascunho no caderno de provas serão de preenchimento facultativo e **NÃO** terão validade para a correção das provas.

RASCUNHO

As folhas para rascunho no caderno de provas serão de preenchimento facultativo e **NÃO** terão validade para a correção das provas.

RASCUNHO

As folhas para rascunho no caderno de provas serão de preenchimento facultativo e **NÃO** terão validade para a correção das provas.

RASCUNHO

As folhas para rascunho no caderno de provas serão de preenchimento facultativo e **NÃO** terão validade para a correção das provas.